

Populismo como ideologia, estilo ou lógica política: disputas conceituais e implicações analíticas para a Ciência Política

Calebe Silva de Carvalho¹

Resumo: Este artigo examina três famílias conceituais predominantes na literatura sobre populismo, a abordagem ideacional, a abordagem performativo-estratégica e a abordagem discursiva com o objetivo de explicitar seus pressupostos, ganhos analíticos e limites metodológicos. Por meio de uma análise conceitual estruturada, combinada com o rastreamento de implicações para a pesquisa empírica, o texto demonstra que as definições de populismo não são alternativas meramente terminológicas: elas afetam a seleção de casos, a construção de indicadores, as estratégias de comparação e as avaliações normativas sobre a relação entre populismo e democracia. Para tornar essas diferenças mais claras, o artigo mobiliza, de modo ilustrativo e sem convertê-los em estudos de caso, exemplos de lideranças e experiências frequentemente discutidas pela literatura, como Vargas, Perón, Chávez, Trump e Bolsonaro. A conclusão central é que o uso rigoroso do conceito depende da adequação entre pergunta de pesquisa, unidade de análise e estratégia de mensuração, evitando tanto a banalização do termo quanto a combinação indiscriminada de abordagens incompatíveis.

Palavras-chave: Populismo. Teoria política. Análise conceitual. Democracia. Metodologia.

Populism as ideology, style, or political logic: conceptual disputes and analytical implications for Political Science

Abstract: This article examines three predominant conceptual families in the literature on populism, the ideational approach, the performative-strategic approach, and the discursive approach with the aim of explicating their assumptions, analytical gains, and methodological limitations. Through structured conceptual analysis combined with the tracing of implications for empirical research, the article argues that definitions of populism are not merely terminological alternatives: they affect case selection, indicator construction, comparative strategies, and normative assessments of the relationship between populism and democracy. To clarify these differences, the article uses, in an illustrative way and without turning them into case studies, examples of leaders and

¹ Universidade de Brasília.

experiences frequently discussed in the literature, such as Vargas, Perón, Chávez, Trump, and Bolsonaro. The central conclusion is that a rigorous use of the concept depends on the fit between research question, unit of analysis, and measurement strategy, avoiding both the banalization of the term and the indiscriminate combination of incompatible approaches.

Keywords: Populism. Political theory. Conceptual analysis. Democracy. Methodology.

Introdução

Poucos conceitos ocupam lugar tão central na Ciência Política contemporânea e, simultaneamente, no debate público quanto o populismo. Empregado para descrever lideranças, movimentos, discursos, partidos e até regimes políticos, o termo passou a circular com elevada frequência e baixa precisão. Essa expansão semântica tem produzido um problema analítico recorrente: o populismo funciona, muitas vezes, como um rótulo impreciso, ora excessivamente inclusivo, ora excessivamente restritivo, comprometendo a comparabilidade entre casos e a cumulatividade da pesquisa. Como resultado, fenômenos empiricamente distintos são tratados como equivalentes, enquanto experiências similares são separadas por escolhas conceituais pouco explicitadas.

A literatura especializada reconhece esse impasse. Como observa Cas Mudde, o populismo tornou-se um conceito “amplamente utilizado, mas raramente definido de maneira consistente” (Mudde, 2004, p. 543). Essa instabilidade conceitual não constitui apenas uma disputa terminológica, mas expressa diferentes pressupostos teóricos acerca da natureza do fenômeno e de seu lugar nas democracias contemporâneas. Definir o populismo implica escolher quais dimensões da política serão privilegiadas — ideias, estilos de liderança, estratégias de mobilização ou lógicas discursivas — e quais serão secundarizadas.

O problema é particularmente relevante para a América Latina, região em que o populismo foi interpretado, desde meados do século XX, em diálogo com processos de urbanização, incorporação das massas, crise de representação e formação de lideranças personalistas. Autores como Gino Germani, Torcuato Di Tella e Francisco Weffort contribuíram para compreender o populismo como fenômeno historicamente situado, ligado à modernização desigual, à política de massas e às formas de mediação entre Estado, liderança e classes populares. Essa tradição clássica latino-americana não coincide integralmente com as abordagens contemporâneas, mas oferece um contraponto indispensável para evitar que o debate seja reduzido apenas a categorias produzidas pela literatura anglo-europeia recente.²

² A tradição latino-americana é incorporada aqui como contraponto histórico e analítico, não como quarta família conceitual. Seu papel é situar o debate contemporâneo sobre populismo em relação a processos de modernização, incorporação política e mediação estatal na região.

A referência a casos concretos ajuda a visualizar esse problema. Lideranças como Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón aparecem, na tradição latino-americana, associadas a processos de incorporação popular, industrialização e reorganização das relações entre Estado, massas urbanas e sindicatos. Já Hugo Chávez, Donald Trump e Jair Bolsonaro costumam ser discutidos pela literatura contemporânea como exemplos de formas distintas de interpelação do “povo” contra elites políticas, instituições representativas, meios de comunicação ou adversários morais. Esses exemplos não serão tratados aqui como estudos de caso, mas como ilustrações analíticas: eles mostram que a classificação de uma liderança como populista depende do enquadramento conceitual adotado e dos atributos que o pesquisador decide privilegiar.

Partindo desse diagnóstico, este artigo sustenta que as divergências teóricas sobre o populismo importam porque produzem consequências analíticas e metodológicas substantivas. Em vez de tratar o populismo como um objeto homogêneo, o texto assume que o termo abriga ao menos três famílias conceituais predominantes na Ciência Política: (1) o populismo como ideologia, associado à abordagem ideacional; (2) o populismo como estilo ou estratégia política, aqui denominado abordagem performativo-estratégica; e (3) o populismo como lógica política, vinculado à teoria do discurso e à construção do “povo” como sujeito político.

A pergunta que orienta a análise é direta: o que muda, do ponto de vista analítico e metodológico, quando o populismo é definido como ideologia, estilo/estratégia ou lógica política? Argumenta-se que essas escolhas conceituais afetam de maneira decisiva: (i) a comparabilidade entre casos; (ii) as formas de operacionalização empírica do conceito; e (iii) as avaliações normativas sobre a relação entre populismo e democracia.

A contribuição do artigo é dupla. Em primeiro lugar, propõe-se uma sistematização comparativa das principais famílias conceituais do populismo, enfatizando não apenas suas definições, mas também os tipos de inferência que cada uma autoriza. Em segundo lugar, demonstra-se que a persistente controvérsia em torno do populismo decorre menos de um déficit conceitual absoluto e mais da adoção acrítica de definições incompatíveis com os problemas de pesquisa a que se destinam. Ao explicitar esses custos analíticos, o artigo busca contribuir para um uso mais rigoroso, reflexivo e metodologicamente controlado do conceito na Ciência Política.

Metodologia: análise conceitual estruturada e rastreamento de implicações

Este artigo adota uma abordagem teórica e, por essa razão, sua metodologia não se orienta pelo teste de hipóteses empíricas nem pela análise de dados originais, mas pela produção de clareza conceitual e pela explicitação das consequências analíticas das escolhas teóricas. Na Ciência Política, esse tipo de empreendimento é fundamental quando conceitos amplamente utilizados passam a operar de forma ambígua, comprometendo a comparação entre estudos e a cumulatividade do conhecimento.

Como observa Sartori (1970), a confusão conceitual é um dos principais obstáculos à análise comparada.

Para enfrentar esse problema, o artigo emprega uma análise conceitual estruturada, combinada com rastreamento de implicações voltado à pesquisa empírica. A análise conceitual estruturada consiste na reconstrução sistemática de conceitos a partir de critérios analíticos explícitos, permitindo comparar definições concorrentes sem reduzir o debate a diferenças meramente terminológicas. O rastreamento de implicações, por sua vez, examina quais consequências cada definição produz para a escolha de casos, indicadores, fontes e tipos de inferência.

A seleção da literatura mobilizada seguiu quatro critérios. O primeiro foi a centralidade das obras no debate contemporâneo sobre populismo, especialmente textos que se tornaram referências recorrentes para definir o conceito. O segundo foi a capacidade de cada obra representar uma família conceitual distinta: Mudde e Kaltwasser para a abordagem ideacional; Moffitt, Weyland e Roberts para a abordagem performativo-estratégica; e Laclau para a abordagem discursiva. O terceiro critério foi a relevância metodológica das contribuições, isto é, a capacidade de cada autor explicitar problemas de classificação, mensuração e comparação. Por fim, incorporou-se a tradição latino-americana clássica, com Germani, Di Tella e Weffort, por sua importância histórica para os estudos sobre populismo na região e por sua utilidade para situar o debate contemporâneo em perspectiva comparada.

Essa delimitação não pretende constituir uma revisão sistemática exaustiva de toda a literatura sobre populismo. O objetivo é reconstruir, de modo teoricamente orientado, as abordagens que estruturam os principais usos do conceito na Ciência Política contemporânea. Assim, os autores selecionados são tratados como representantes de tradições analíticas, e não como posições isoladas ou equivalentes entre si.

Os exemplos empíricos mobilizados ao longo do artigo cumprem, portanto, função auxiliar. Eles não substituem a reconstrução conceitual nem pretendem oferecer uma análise histórica exaustiva de cada liderança. Sua finalidade é tornar mais visíveis os efeitos das escolhas conceituais: o mesmo ator pode ser interpretado como portador de uma ideologia populista, como operador de um estilo de liderança personalista ou como articulador de uma lógica discursiva de construção do povo, a depender da pergunta de pesquisa e do desenho metodológico adotado.

O primeiro passo metodológico consiste na delimitação de famílias conceituais predominantes. Em vez de tratar cada autor de forma atomizada, o artigo organiza a literatura em três tradições amplas: ideacional, performativo-estratégica e discursiva, entendidas como famílias por compartilharem pressupostos centrais sobre a natureza do populismo e sobre a unidade de análise privilegiada.

Em seguida, procede-se à reconstrução analítica comparável dessas famílias conceituais. Para assegurar a comparabilidade, cada abordagem é analisada a partir de quatro dimensões fixas: o núcleo definicional, o mecanismo político central, a unidade de análise privilegiada e as condições de mensuração. Essa estratégia permite comparar definições sem confundir diferenças conceituais com simples variações terminológicas.

A terceira etapa consiste no rastreamento de implicações analíticas e metodológicas derivadas dessas escolhas conceituais. Esse procedimento permite demonstrar que as definições de populismo não apenas descrevem o fenômeno de maneiras distintas, mas também orientam desenhos de pesquisa específicos. A depender da definição adotada, lideranças como Vargas, Perón ou experiências contemporâneas de neopopulismo podem ser classificadas e analisadas de formas distintas, o que ilustra os custos analíticos das escolhas conceituais aqui discutidas.

Populismo como ideologia: a abordagem ideacional

A abordagem ideacional concebe o populismo como uma ideologia “fina” (thin-centered ideology), caracterizada por um núcleo normativo relativamente restrito, mas analiticamente identificável.³

Nesse enquadramento, o populismo estrutura o mundo político a partir de uma divisão moralizada entre dois campos antagônicos: um “povo puro” e uma “elite corrupta”, sustentando que a política legítima deve expressar a vontade geral do povo. Como sintetiza Mudde (2004, p. 543), o populismo é uma ideologia que considera a sociedade separada em dois grupos homogêneos e antagônicos e defende que a política seja expressão da vontade geral.

O principal mérito dessa definição reside em sua parcimônia conceitual. Ao delimitar um núcleo ideacional mínimo, a abordagem permite identificar o populismo em diferentes contextos históricos e geográficos sem depender de repertórios culturais ou institucionais específicos. Essa característica torna o conceito particularmente funcional para a Ciência Política comparada, na medida em que reduz a ambiguidade classificatória e favorece a cumulatividade da pesquisa.

Ao tratar o populismo como ideologia, a abordagem ideacional privilegia a identificação do conteúdo normativo central do fenômeno, independentemente da forma organizacional ou do estilo de liderança que o acompanhe. A unidade de análise pode variar: partidos, lideranças, programas eleitorais ou atitudes individuais, desde que seja possível detectar a presença do núcleo moral povo/elite e a defesa da soberania popular como princípio absoluto.

³ A expressão “ideologia fina” indica que o populismo possui um núcleo próprio, mas depende de combinações com ideologias mais densas, como nacionalismo, socialismo, conservadorismo ou neoliberalismo, para produzir programas políticos substantivos.

Essa opção analítica oferece três vantagens principais. Em primeiro lugar, facilita comparações transnacionais e temporais, uma vez que o critério de identificação do populismo não depende de estilos comunicativos locais, formatos institucionais específicos ou performances midiáticas contingentes. Em segundo lugar, é compatível com estratégias de mensuração padronizáveis, como escalas de atitudes populistas em surveys, índices aplicados a manifestos partidários ou codificações sistemáticas de discursos políticos. Em terceiro lugar, contribui para distinguir o populismo de categorias próximas, como nacionalismo, autoritarismo ou personalismo, que frequentemente se articulam ao populismo, mas não se confundem com ele.

Exemplos contemporâneos ajudam a compreender essa utilidade classificatória. O chavismo, na Venezuela, tem sido frequentemente analisado como caso de discurso populista por articular uma oposição moral entre o povo e uma elite corrupta, em contexto de crise institucional e descrédito dos partidos tradicionais (Hawkins, 2009; Hawkins, 2010). De modo semelhante, pesquisas sobre Jair Bolsonaro identificaram, em seus discursos de campanha de 2018, elementos populistas associados à crítica à “velha política”, à oposição entre cidadãos comuns e establishment e à reivindicação de uma relação direta com seus apoiadores (Tamaki; Fuks, 2020). Em ambos os casos, a abordagem ideacional permite comparar lideranças de orientações programáticas distintas sem reduzi-las à mesma ideologia substantiva.

Apesar dessas vantagens, a abordagem ideacional apresenta limites relevantes. O principal deles é o risco de reduzir o populismo ao plano das ideias, subestimando dimensões organizacionais, performativas e relacionais que, em muitos contextos, são decisivas para explicar seus efeitos políticos concretos. Ao concentrar-se no conteúdo normativo do discurso, essa perspectiva tende a tratar como equivalentes atores que compartilham o núcleo ideacional, mas operam de maneiras substancialmente distintas no plano da mobilização, da liderança e do exercício do poder.

Do ponto de vista metodológico, emerge um dilema central. Quanto mais estreito é o núcleo definicional, maior tende a ser a comparabilidade entre casos e a portabilidade do conceito. Contudo, quanto mais atributos são incorporados à definição, maior é a capacidade explicativa do conceito para capturar variações empíricas relevantes, ao custo de reduzir sua aplicabilidade comparativa. Esse trade-off evidencia que a abordagem ideacional é particularmente eficaz para fins classificatórios e comparativos, mas menos adequada quando o objetivo é compreender os mecanismos pelos quais o populismo se traduz em estilos de governo, padrões de mobilização ou transformações institucionais.

Populismo como estilo ou estratégia: a abordagem performativo-estratégica

Uma segunda família conceitual desloca o foco do conteúdo ideacional para a forma de fazer política, compreendendo o populismo como estilo político, performance pública ou estratégia de liderança. Neste artigo, essa família será designada de modo padronizado como abordagem performativo-estratégica. Nessa perspectiva, o populismo não é definido primordialmente por um conjunto específico de ideias, mas por modos recorrentes de interação entre líderes e cidadãos, marcados pela centralidade da figura do líder, pela comunicação direta com “o povo” e pela tendência a contornar ou deslegitimar mediações institucionais tradicionais, como partidos, parlamentos e imprensa.

Essa abordagem tem ganhado destaque em contextos de crescente personalização da política e midiática do conflito político, nos quais a visibilidade pública, a encenação de antagonismos e a mobilização de afetos tornam-se elementos centrais da competição democrática. Ao enfatizar esses aspectos, a família performativo-estratégica busca explicar não apenas o que os atores populistas defendem, mas como constroem apoio político e exercem liderança.

O principal ganho analítico dessa abordagem está em sua capacidade de captar dimensões que a definição ideacional tende a tratar como secundárias ou derivadas. Em primeiro lugar, ela destaca a centralidade da liderança, entendida não apenas como posição institucional, mas como relação política construída performativamente. Apelos plebiscitários, discursos de autenticidade e a oposição entre um líder “verdadeiro” e elites distantes ou corruptas tornam-se elementos explicativos centrais.

Em segundo lugar, o populismo é analisado como modo específico de mobilização, que recorre a repertórios simbólicos de confronto, simplificação do conflito político e personalização das responsabilidades. Esses elementos ajudam a compreender por que lideranças populistas conseguem manter níveis elevados de apoio mesmo em contextos de crise institucional ou desempenho governamental ambíguo.

Em terceiro lugar, a abordagem enfatiza a interação entre populismo, mídia e afetos coletivos, aspecto crucial para explicar fenômenos como polarização, lealdade eleitoral persistente e radicalização do debate público. Moffitt (2016) sintetiza essa perspectiva ao definir o populismo como um estilo político caracterizado pela performance da crise, pela oposição entre povo e elites e pela reivindicação de formas diretas de representação.

Nesse plano, Donald Trump e Jair Bolsonaro são exemplos úteis porque evidenciam a dimensão performativa do populismo em ambientes altamente midiáticos. Ambos recorreram a formas de comunicação direta com apoiadores, à desconfiança em relação à imprensa profissional, à construção de conflitos permanentes com adversários e à apresentação de si mesmos como representantes autênticos de um povo traído por elites políticas e culturais. O ponto analítico não é afirmar que os dois casos sejam idênticos, mas mostrar que a abordagem performativo-estratégica permite observar repertórios de

liderança, encenação de crise e personalização da representação que não são plenamente captados por uma definição centrada apenas no conteúdo ideacional.

Do ponto de vista metodológico, essa família conceitual amplia o repertório de estratégias de pesquisa disponíveis à Ciência Política. Ela legitima o uso de análises de comunicação política, estudos de enquadramento, codificação de estilos discursivos e mensuração de performances populistas em discursos, campanhas eleitorais e redes sociais. Além disso, permite estudos comparados centrados em liderança, explorando variações no modo como o populismo se manifesta em campanhas, governos e diferentes arenas institucionais.

Apesar desses ganhos, a abordagem performativo-estratégica enfrenta limites importantes. O primeiro deles é a elasticidade conceitual excessiva. Quando o populismo passa a ser identificado apenas com retórica agressiva, comunicação direta ou crítica às elites, o conceito corre o risco de perder capacidade discriminante, aproximando-se de categorias mais amplas, como marketing político, campanha negativa ou outsiderismo.

O segundo problema refere-se à dificuldade de estabelecer fronteiras claras entre o estilo populista e outros estilos políticos contemporâneos. Estratégias de personalização, simplificação discursiva e antagonização do adversário não são exclusivas do populismo e podem estar presentes em contextos políticos diversos, sem necessariamente configurar uma dinâmica populista consistente.

Esses problemas afetam diretamente a operacionalização empírica do conceito. Medir “estilo populista” exige decisões interpretativas sobre quais elementos devem ser considerados indicadores válidos: o que constitui um apelo legítimo ao povo, em que medida a crítica às elites é central ou periférica e qual intensidade discursiva é necessária para caracterizar uma performance como populista. A ausência de critérios claros pode comprometer a reprodutibilidade das análises e gerar classificações inconsistentes entre estudos.

Populismo como lógica política: a abordagem discursiva

A terceira família conceitual, associada à teoria do discurso, desloca o foco do populismo tanto do conteúdo ideacional quanto da performance ou do estilo de liderança, concebendo-o como uma lógica política específica de construção do campo político. Nessa perspectiva, o populismo não é definido primordialmente por um conjunto fixo de ideias nem por uma forma particular de comunicação, mas por um modo de articular demandas sociais heterogêneas em torno de uma fronteira antagônica fundamental, que opõe “o povo” a um adversário identificado como poder, elite ou establishment.

Essa abordagem encontra sua formulação mais sistemática na obra de Ernesto Laclau, para quem o populismo deve ser entendido como lógica de articulação política capaz de

transformar demandas sociais dispersas em uma identidade coletiva relativamente unificada. O núcleo analítico, portanto, não está no conteúdo específico das demandas, mas no processo pelo qual elas são conectadas e investidas de sentido político.

O principal ganho teórico da abordagem discursiva reside em sua capacidade de explicar como o “povo” é construído politicamente, e não apenas em identificar sua invocação retórica. Ao tratar o populismo como lógica de articulação, essa perspectiva permite compreender o fenômeno como processo dinâmico de formação de identidades políticas, no qual demandas sociais distintas passam a ser percebidas como equivalentes diante de um adversário comum.

Essa lente analítica é particularmente útil para analisar a dimensão agonística do conflito político, isto é, a forma como antagonismos são produzidos, estabilizados e mobilizados por meio de narrativas, símbolos e significantes agregadores. Diferentemente das abordagens ideacional e performativo-estratégica, a lógica discursiva não parte da pergunta “quais ideias são populistas?” ou “como o populismo se manifesta?”, mas de “como se constitui um campo político dividido entre um ‘nós’ e um ‘eles’?”.

Além disso, essa abordagem oferece uma explicação robusta para a emergência do populismo em contextos de crise de representação, nos quais instituições e partidos tradicionais deixam de canalizar demandas sociais relevantes. Nesses cenários, o populismo aparece menos como anomalia e mais como mecanismo de rearticulação do político, capaz de dar visibilidade e unidade a reivindicações anteriormente fragmentadas.

A utilidade dessa lente aparece com clareza em experiências como o peronismo e o chavismo. Em vez de perguntar apenas se Perón ou Chávez defenderam determinadas ideias “populistas”, a abordagem discursiva permite investigar como diferentes demandas — trabalhistas, nacional-populares, antioligárquicas, anti-imperialistas ou de inclusão social — foram articuladas em cadeias de equivalência capazes de produzir um sujeito político denominado “povo”. Nesse sentido, o populismo é menos um inventário de temas e mais uma forma de construção de fronteiras políticas: de um lado, o povo; de outro, a oligarquia, a elite, o imperialismo, a casta política ou qualquer adversário constituído discursivamente como bloqueio à realização da vontade popular.

Apesar de sua potência teórica, a abordagem discursiva enfrenta custos metodológicos significativos, especialmente no que diz respeito à operacionalização empírica do conceito. Se o populismo é definido como uma lógica articulatória, surge uma questão central: como identificar e medir empiricamente essa lógica de modo sistemático e replicável?

As respostas oferecidas pela literatura recorrem, em geral, a estratégias metodológicas intensivas, como análise qualitativa de discurso, reconstrução interpretativa de

fronteiras antagônicas e identificação de significantes vazios ou agregadores em textos, falas e práticas políticas. Em alguns casos, são empregados métodos mistos, que combinam codificação qualitativa rigorosa com procedimentos quantitativos auxiliares, buscando aumentar a transparência e a comparabilidade das análises.

Essas exigências tornam a abordagem discursiva metodologicamente mais trabalhosa e, muitas vezes, menos adequada a estudos de larga escala quando comparada às definições ideacionais. No entanto, essa limitação não invalida sua relevância analítica. Pelo contrário, evidencia que a abordagem discursiva é especialmente indicada para pesquisas interessadas nos processos de constituição do político, e não apenas na classificação de atores ou na mensuração de atitudes.

A tradição latino-americana e o problema histórico do populismo

A inclusão da tradição latino-americana permite qualificar a discussão contemporânea. Antes de se consolidar como conceito comparativo global, o populismo foi amplamente mobilizado para interpretar experiências de incorporação política das massas, liderança carismática e mediação estatal em sociedades marcadas por modernização desigual. Nesse debate, o populismo não aparecia apenas como ideologia, estilo ou lógica discursiva, mas como forma histórica de articulação entre Estado, classes populares e lideranças políticas.

Em Germani, o populismo é associado aos efeitos políticos da modernização e da mobilização social em contextos de transição. Em Di Tella, o fenômeno é pensado em relação às coalizões sociais heterogêneas e às condições de mudança política na América Latina. Em Weffort, por sua vez, o populismo brasileiro aparece ligado à política de massas, à fragilidade da representação autônoma das classes populares e à centralidade do Estado como mediador do conflito social.

Por isso, casos como Vargas e Perón não devem ser lidos apenas como antecipações históricas do populismo contemporâneo. Eles expressam uma configuração específica, na qual a centralização estatal, a expansão de direitos sociais, a incorporação sindical e a liderança personalista se combinaram em processos de modernização e integração política de massas. Chávez, por sua vez, ilustra uma configuração posterior, marcada pela crise dos partidos tradicionais, pela denúncia da corrupção das elites e pela refundação simbólica do povo em chave plebiscitária e constitucional. A comparação entre esses exemplos reforça a tese do artigo: chamar todos esses fenômenos de “populismo” só é analiticamente útil quando se explicita qual dimensão está sendo comparada.

Essa literatura clássica oferece duas contribuições para o argumento deste artigo. A primeira é histórica: ela recorda que o populismo não pode ser analisado apenas como fenômeno recente associado às democracias midiáticas ou à ascensão de lideranças de extrema direita. A segunda é analítica: ela mostra que, em determinados contextos, ideologia, estilo de liderança, estratégia de mobilização e lógica de articulação podem

aparecer empiricamente combinados, ainda que devam ser distinguidos conceitualmente para fins de pesquisa.

Desse modo, a tradição latino-americana não invalida a tipologia contemporânea discutida neste artigo; ao contrário, ajuda a demonstrar por que a escolha conceitual precisa ser orientada pela pergunta de pesquisa. Se o objetivo é compreender experiências históricas como varguismo ou peronismo, talvez seja necessário articular dimensões organizacionais, discursivas e socioestruturais. Se o objetivo é comparar partidos contemporâneos em escala transnacional, uma definição mais parcimoniosa pode ser preferível. A qualidade da análise depende, portanto, menos de eleger uma definição universal e mais de explicitar o que cada definição permite observar.

Implicações para a Ciência Política: comparação, mensuração e democracia

As três famílias conceituais examinadas neste artigo não competem apenas no plano teórico. Elas produzem pesquisas empiricamente distintas, orientam escolhas metodológicas diferentes e sustentam avaliações normativas divergentes sobre os efeitos do populismo nas democracias contemporâneas. Ignorar essas implicações significa correr o risco de combinar definições, medidas e conclusões incompatíveis, enfraquecendo a coerência analítica dos estudos.

A primeira implicação diz respeito à comparabilidade entre casos, um problema clássico da análise política comparada. Como advertiu Sartori (1970), conceitos excessivamente elásticos tendem a viajar mal, perdendo precisão à medida que são aplicados a contextos diversos. As abordagens ao populismo variam justamente no modo como equilibram precisão e abrangência.

A definição ideacional tende a maximizar a comparabilidade, ao identificar o populismo a partir de um núcleo relativamente estável: a oposição moral entre povo e elite e a defesa da soberania popular como princípio absoluto. Essa característica favorece estudos transnacionais, análises longitudinais e pesquisas interessadas em mapear a difusão do populismo ao longo do tempo. O custo dessa escolha é a possibilidade de subestimar variações relevantes de performance, organização e liderança.

A abordagem performativo-estratégica amplia o conjunto de manifestações observáveis, ao captar fenômenos associados à personalização da política, à comunicação direta e à desintermediação institucional. Contudo, quando os critérios de identificação não são claramente delimitados, cresce o risco do chamado “conceito guarda-chuva”, no qual práticas políticas heterogêneas passam a ser classificadas como populistas, enfraquecendo a capacidade discriminante do conceito.

Já a abordagem discursiva privilegia processos profundos de constituição do “povo” como sujeito político, permitindo captar dinâmicas que escapam a classificações superficiais. Nesse caso, a comparabilidade depende menos de critérios substantivos

fixos e mais da capacidade de padronizar procedimentos interpretativos, o que torna a comparação possível, mas metodologicamente mais exigente.

A segunda implicação refere-se à operacionalização empírica do conceito. Cada definição de populismo orienta estratégias distintas de mensuração, e a coerência entre conceito e medida é condição básica para inferências válidas. Na abordagem ideacional, a mensuração costuma recorrer a escalas atitudinais em surveys, índices aplicados a manifestos partidários e codificações sistemáticas de discursos. Na abordagem performativo-estratégica, privilegiam-se indicadores de liderança, comunicação direta, performance de crise, personalismo e desintermediação. Já a abordagem discursiva exige análise de discurso, reconstrução de cadeias equivalenciais, identificação de significantes agregadores e interpretação das fronteiras antagônicas.

Nesse ponto, emerge uma recomendação metodológica central: o erro mais frequente é medir uma coisa e concluir outra. Por exemplo, utilizar um índice de anti-elitismo coerente com a definição ideacional e tirar conclusões sobre a presença de uma lógica populista discursiva; ou, inversamente, identificar traços de estilo comunicativo e inferir a existência de uma ideologia populista. A Ciência Política ganha rigor quando estabelece correspondência explícita entre definição, indicador e inferência.

A diferença pode ser formulada em termos práticos. Uma pesquisa sobre Bolsonaro interessada em mensurar a presença de anti-elitismo em discursos de campanha pode adotar indicadores próximos à abordagem ideacional. Uma investigação sobre Trump e o uso de comícios, redes sociais e ataques à imprensa provavelmente se beneficia de uma definição performativo-estratégica. Já um estudo sobre o chavismo ou o peronismo interessado na construção de uma identidade popular deve recorrer a procedimentos discursivos capazes de reconstruir fronteiras antagônicas e articulações entre demandas. O problema não está em estudar esses casos como populistas, mas em declarar claramente o que, neles, está sendo chamado de populismo.

A terceira implicação diz respeito à avaliação normativa do populismo e sua relação com a democracia. Grande parte da controvérsia em torno da pergunta “o populismo é ameaça ou correção da democracia?” decorre menos de desacordos empíricos e mais da adoção de definições distintas do fenômeno. Na abordagem ideacional, o populismo tende a ser visto como potencialmente problemático para a democracia liberal, na medida em que reivindica uma vontade geral homogênea e tensiona princípios pluralistas. Na abordagem performativo-estratégica, os riscos costumam estar associados à desintermediação institucional, à personalização do poder e ao enfraquecimento de mecanismos de controle. Já na perspectiva discursiva, o populismo pode ser interpretado como modo de rearticular demandas excluídas e ampliar a contestação democrática, ainda que frequentemente produza polarização e antagonismos intensos.

A implicação geral é que definição, mensuração e julgamento normativo são dimensões interdependentes. Tornar explícitas essas conexões não elimina o dissenso teórico, mas reduz ambiguidades e fortalece a consistência das análises.

Quadro comparativo das abordagens

O quadro a seguir sintetiza a correspondência entre definição conceitual, unidade de análise, estratégia de mensuração e principal cautela metodológica.

Abordagem	Núcleo definicional	Unidade de análise	Melhor uso empírico	Cautela principal
Ideacional	Oposição moral entre povo puro e elite corrupta; soberania popular como vontade geral.	Partidos, líderes, manifestos, discursos e atitudes individuais.	Classificação, comparação transnacional, surveys e análise de conteúdo.	Risco de reduzir o populismo ao plano das ideias.
Performativo-estratégica	Estilo de liderança, performance de crise, comunicação direta e desintermediação.	Lideranças, campanhas, governos, mídia e redes sociais.	Estudos sobre mobilização, comunicação política e personalização do poder.	Risco de confundir populismo com retórica agressiva ou marketing político.
Discursiva	Articulação de demandas em cadeia equivalencial e construção antagônica do povo.	Discursos, identidades políticas, significantes e fronteiras simbólicas.	Análise de construção de identidades, crise de representação e disputa hegemônica.	Maior custo interpretativo e menor padronização para estudos de larga escala.

Fonte: elaboração própria.

Proposta de uso criterioso: definição orientada pela pergunta de pesquisa

Em lugar de buscar uma definição universal ou definitiva de populismo, este artigo defende um critério pragmático e analiticamente rigoroso: a escolha conceitual deve ser orientada pelo problema de pesquisa, pela unidade de análise e pela estratégia de mensuração adotada. A persistência das controvérsias em torno do populismo decorre, em grande medida, do uso simultâneo e pouco refletido de definições incompatíveis, o que resulta em inferências frágeis e avaliações normativas ambíguas.

A proposta aqui apresentada parte do pressuposto de que as diferentes abordagens ao populismo não são mutuamente excludentes em sentido absoluto, mas funcionalmente distintas. Cada uma delas responde melhor a determinados tipos de pergunta e apresenta

custos analíticos próprios. Tornar explícita essa adequação é passo fundamental para evitar diagnósticos genéricos e acusações de “vazio conceitual”.

Quando o objetivo da pesquisa é classificar atores políticos e comparar grande número de casos, seja em estudos transnacionais ou análises longitudinais, a abordagem ideacional tende a ser a mais adequada. Nesse contexto, a explicitação do núcleo definicional fornece critérios claros de inclusão e exclusão, favorecendo a comparabilidade e a replicabilidade dos resultados.

Em pesquisas interessadas em mobilização política, comunicação e exercício da liderança, a abordagem performativo-estratégica oferece maior capacidade explicativa. Nesses casos, o uso criterioso do conceito exige a delimitação prévia de indicadores observáveis e replicáveis, como apelos diretos ao eleitorado, personalização da autoridade, construção performativa de antagonismos e estratégias de desintermediação institucional.

Por fim, quando a pergunta de pesquisa busca compreender processos de construção de identidades políticas e fronteiras antagonicas, a abordagem discursiva mostra-se mais apropriada. Nesse caso, a adoção do conceito pressupõe a explicitação do método de análise: definição do corpus, critérios de codificação, procedimentos de validação interpretativa e justificativa das inferências realizadas.

O que este artigo não recomenda é a combinação indiscriminada dessas definições sob a suposição de que o populismo seja, ao mesmo tempo e sem mediação analítica, ideologia, estilo e lógica política. Tal procedimento transforma o conceito em rótulo abrangente, incapaz de discriminar fenômenos e de sustentar inferências robustas. Isso não significa proibir todo diálogo entre abordagens. Significa apenas que a complementaridade precisa ser construída de modo controlado, com distinção entre níveis de análise: por exemplo, uma pesquisa pode adotar uma definição ideacional para classificar casos e, em seguida, analisar comparativamente as performances de liderança desses casos; ou pode partir de uma reconstrução discursiva de identidades políticas e usar indicadores de comunicação como evidências auxiliares. Nesses desenhos, as abordagens dialogam, mas não se confundem.⁴

Essa cautela também impede comparações apressadas entre lideranças muito distintas. Vargas, Perón, Chávez, Trump e Bolsonaro podem ser aproximados em certos aspectos — a invocação do povo, a crítica a elites, a personalização da liderança ou a construção de antagonismos —, mas não devem ser tratados como equivalentes sem mediações conceituais. A comparação se torna mais produtiva quando pergunta, por exemplo, se esses atores compartilham um núcleo ideacional, se mobilizam estilos semelhantes de liderança ou se constroem o povo por lógicas discursivas comparáveis.

⁴ A complementaridade entre abordagens só é metodologicamente defensável quando cada perspectiva ocupa uma função analítica distinta no desenho da pesquisa, por exemplo: uma definição para seleção de casos e outra para interpretação de mecanismos ou processos.

Considerações finais

O populismo permanece uma categoria em disputa na Ciência Política não por mera confusão terminológica, mas porque diferentes tradições teóricas descrevem fenômenos parcialmente sobrepostos, com ganhos e custos analíticos próprios. Este artigo mostrou que definir populismo como ideologia, como estilo/estratégia ou como lógica política altera o tipo de comparação possível, os instrumentos de mensuração adequados e o modo como se avaliam seus efeitos sobre a democracia.

A principal conclusão do artigo é que nenhuma definição é universalmente superior em abstrato. A qualidade de uma definição depende de sua adequação ao problema de pesquisa. A abordagem ideacional oferece maior rendimento quando a pergunta exige classificação, mensuração e comparação entre muitos casos. A abordagem performativo-estratégica é mais produtiva quando o foco recai sobre liderança, comunicação, personalização e mobilização. A abordagem discursiva, por sua vez, é indispensável quando se busca compreender a constituição do “povo” como sujeito político e a formação de fronteiras antagônicas em contextos de crise de representação.

Essa conclusão tem consequências diretas para pesquisas empíricas futuras. Estudos que pretendem medir a intensidade do populismo em partidos ou lideranças devem explicitar se medem ideias, estilos comunicativos ou lógicas discursivas. Pesquisas comparativas precisam justificar por que determinados casos entram no universo empírico e quais atributos mínimos sustentam essa inclusão. Investigações qualitativas devem indicar de que modo seus procedimentos de análise de discurso, seleção de corpus e validação interpretativa permitem sustentar inferências sobre populismo. Em todos esses casos, a coerência entre conceito, medida e inferência é mais importante do que a adoção retórica de uma definição prestigiada.

A discussão também tem implicações normativas. Julgar o populismo como ameaça, correção ou sintoma da democracia depende da definição adotada. Se o populismo é entendido como ideologia moralizante e antipluralista, os riscos à democracia liberal aparecem de forma mais evidente. Se é analisado como estilo ou estratégia, a atenção se desloca para a personalização do poder, a desintermediação e o enfraquecimento dos mecanismos de controle. Se é tomado como lógica política, abre-se espaço para compreender sua capacidade de articular demandas excluídas e ampliar a contestação, sem ignorar os riscos de polarização e antagonismo extremo.

Por fim, o diálogo com a tradição latino-americana mostra que o populismo não deve ser tratado apenas como fenômeno recente ou importado de debates europeus e norteamericanos. Na América Latina, o conceito esteve historicamente associado à incorporação das massas, à fragilidade dos sistemas partidários, ao papel do Estado e às formas de mediação política. Essa tradição ajuda a enriquecer o debate contemporâneo e reforça a necessidade de uma Ciência Política atenta tanto à precisão conceitual quanto à historicidade dos casos analisados.

Os exemplos mobilizados ao longo do texto reforçam essa conclusão. Perón e Vargas evidenciam que, na América Latina, o populismo esteve historicamente associado à incorporação política de massas e à reorganização das relações entre Estado, trabalhadores e representação. Chávez mostra como a construção do povo pode ser articulada a processos de crise partidária e refundação institucional. Trump e Bolsonaro, por sua vez, ilustram como o populismo contemporâneo pode operar por meio de comunicação direta, antagonização permanente, contestação de mediações institucionais e forte personalização da liderança. Em todos esses casos, o valor analítico do conceito depende menos da simples aplicação do rótulo “populista” e mais da explicitação dos critérios usados para sustentar essa classificação.

Assim, o caminho mais promissor não está em disputar a hegemonia de uma definição única, mas em construir pontes metodológicas explícitas entre conceito, medida e inferência. Um uso criterioso do populismo não elimina o dissenso teórico, mas permite que ele se converta em pesquisa cumulativa, comparável e analiticamente rigorosa.

Referências

COLLIER, David; MAHON JR., James E. **Conceptual “Stretching” Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis**. In: *American Political Science Review*. Washington, DC: American Political Science Association, 1993, v. 87, n. 4, pp. 845-855.

DI TELLA, Torcuato S. **Populism and Reform in Latin America**. In: VÉLIZ, Claudio (org.). *Obstacles to Change in Latin America*. London: Oxford University Press, 1965, pp. 47-74.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massa**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GERRING, John. **Social Science Methodology: A Unified Framework**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GOERTZ, Gary. **Social Science Concepts: A User’s Guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

HAWKINS, Kirk A. **Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective**. In: *Comparative Political Studies*. Thousand Oaks: Sage, 2009, v. 42, n. 8, pp. 1040-1067.

HAWKINS, Kirk A. **Venezuela’s Chavismo and Populism in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira; TAGGART, Paul; OCHOA ESPEJO, Paulina; OSTIGUY, Pierre (orgs.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MUDDE, Cas. **The Populist Zeitgeist**. In: Government and Opposition. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, v. 39, n. 4, pp. 541-563.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ROBERTS, Kenneth M. **Populism, Political Conflict, and Grass-Roots Organization in Latin America**. In: Comparative Politics. New York: City University of New York, 2006, v. 38, n. 2, pp. 127-148.

SARTORI, Giovanni. **Concept Misformation in Comparative Politics**. In: The American Political Science Review. Washington, DC: American Political Science Association, 1970, v. 64, n. 4, pp. 1033-1053.

TAMAKI, Eduardo Ryo; FUKS, Mario. **Populism in Brazil's 2018 General Elections: An Analysis of Bolsonaro's Campaign Speeches**. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, 2020, n. 109, pp. 103-127.

URBINATI, Nadia. **Me the People: How Populism Transforms Democracy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEYLAND, Kurt. **Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics**. In: Comparative Politics. New York: City University of New York, 2001, v. 34, n. 1, pp. 1-22.